

# OS MANUAIS ESCOLARES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

JUSTINO MAGALHÃES\*

**Resumo:** *A história da leitura está intrinsecamente associada à história do livro e como comprovam os estudos de Jean Yves-Mollier<sup>1</sup>, na fase final do século XIX, a edição do manual escolar cresceu exponencialmente, constituindo núcleo e fomento de uma cultura de massas. Num mundo dominado pela cultura escrita, as regras da leitura haviam-se tornado regras de vida, na inteção da realidade, na busca da informação, no discernimento crítico, na construção de pensamento próprio, na capacidade de argumentação. E, nesta matriz de cognição e busca de sabedoria, a cultura escolar foi iluminação, disciplina, representação, estando o livro, particularmente o livro escolar, na base da cultura e do institucional escolar. O livro escolar constitui, por consequência, a razão da razão. Neste texto, proponho-me dar substância e consequência a este pensamento, através de uma abordagem histórico-pedagógica do livro e da cultura escolar. Apresentarei por fim as principais linhas da historiografia do livro escolar e procurarei integrar as bases de dados dos manuais escolares, nomeadamente a Base MANES.*

**Palavras-chave:** *Cultura escrita; Cultura escolar; História do livro escolar; Manual escolar em Portugal; Base MANES.*

**Abstract:** *The history of reading is intrinsically associated with the history of books and, as the studies of Jean Yves-Mollier<sup>2</sup> prove, in the late nineteenth century, the edition of the school manual grew exponentially, constituting the nucleus and fostering of a mass culture. In a world dominated by written culture, the rules of reading had become the rules of life, in the understanding of reality, in the search for information, in critical discernment, in the construction of one's own thinking, in the capacity for argumentation. And, in this matrix of cognition and search for wisdom, school culture was illumination, discipline, representation, with the book, particularly the textbook, at the base of culture and the school institutional. The textbook is, therefore, the reason for reason. In this text, I propose to give substance and continuity to this thought, through a historical-pedagogical approach to books and school culture. Finally, I will present the main lines of textbook historiography and seek to integrate the databases of school manuals, namely the MANES Base.*

**Keywords:** *Written culture; School culture; Schoolbook history; School manual in Portugal; MANES Base.*

## LIVRO E LEITURA: APRENDER PELO LIVRO

Ao publicar *Didascálicon. Da Arte de Ler* (século XII), o autor, Hugo de São Victor, consignava, entre outras, as noções de que a leitura é conhecimento e aprendizagem, enquanto salvaguardava, por outro lado, que o leitor se subsume nos textos que lê. Sobre o primeiro aspeto, escreveu: «Existem principalmente duas coisas por meio das quais uma pessoa adquire conhecimentos, ou seja, a leitura e a meditação. Destas, a leitura detém o

---

\* UIDEF, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Colaborador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Email: justinomagalhaes@ie.ulisboa.pt.

<sup>1</sup> MOLLIER, 2001.

<sup>2</sup> MOLLIER, 2001.

primeiro lugar na instrução»<sup>3</sup>. A convicção de que o leitor, mais do que subsumir-se nos textos, pode ser seduzido por eles até confundir o ficcional e o real e, em consequência, levar e recriar o imaginário subjacente às Novelas de Cavalaria foi glosada, no início do século XVII, por Miguel de Cervantes em *D. Quixote de la Mancha*. Assim o comprova o seguinte depoimento, exarado no Capítulo I «Que trata da condição e estado do famoso cavaleiro D. Quixote de la Mancha»:

*Antes de ir mais longe é preciso que se saiba que este fidalgo, sempre que estava ocioso, e era a maior parte dos dias na roda do ano, ocupava-se em ler livros de cavalaria com tato afincado e regalo que descurou quase totalmente o exercício da caça e o governo da fazenda. E chegou a tal ponto a sua curiosa mania, que teve de alienar algumas belgas de bom sementio para comprar alfarrábios do seu gosto. Deste modo atulhou a casa com livros e mais livros.*

[...]

*Em suma, o nosso fidalgo embebeu-se tanto na leitura, que levava as noites a ler, desde lusco-fusco a lusco-fusco, e igualmente os dias, desde sol a sol. E assim, de pouco dormir e muito ler, aconteceu ressecarem-se-lhe os miolos e toldar-se-lhe de todo o juízo.*

*Povoou-se-lhe a fantasia com tudo o que lia nos romances, encantamentos, pendências, batalhas, desafios, lanhos dados e recebidos, requebros, amores, tormentos e disparates impossíveis. E, de tal modo se lhe radicou no espírito ser pura verdade aquela máquina prodigiosa de maranhões que para ele não havia textos mais verídicos no mundo<sup>4</sup>.*

A subsunção do leitor nas palavras e na leitura, ilustrada em textos de final da Idade Média e plasmada no herói de Miguel de Cervantes, está também patente no leitor e no observador do Barroco, também eles seduzidos pela discursividade da imagem. A prevenção da transgressão e a noção de culpa estavam implícitas nos princípios censores e reguladores que levaram os Inquisidores Portugueses, na visita de 1606, a confiscarem, entre outros livros, «romances de cavalaria, livros de prognósticos ou de segredos da natureza, textos de Cervantes (o *Quijote*) ou de Lope de Vega, a *Celestina*, o *Orlando Furioso*, o *Cancioneiro Geral*, o *Cortegiano* e um livro de comentários de Erasmo»<sup>5</sup>. Foi também visitada uma tipografia, em Coimbra.

A educação preveniu, mas também fez ampliar a noção de culpa. A aculturação escrita teve repercussão no modo de ler e de comportar-se, ainda que não seja possível falar de arquétipos e que a sociedade moderna não haja sido homogénea. Aprender pelos livros implicou o fomento de regras de leitura e a vigilância sobre os textos e as práticas

<sup>3</sup> SÃO VÍTOR, 2001: 45.

<sup>4</sup> CERVANTES, 2000: 28-29.

<sup>5</sup> BETHENCOURT, 1994: 177.

leitoras. Nesse sentido, podem distinguir-se três tipos de leitura a que correspondiam três instâncias de controlo: leitura censurada, leitura normalizada, leitura orientada. Os índices como os catálogos e guias de leitura continham uma ordenação dos livros, tendo em atenção aquelas modalidades de leitura (normalizada, censurada, orientada) e os diferentes tipos de leitor. Pode falar-se de um regime de educabilidade de que a leitura e a instituição escolar eram substância, modelo e norma. A Escolástica foi a modalidade mais estreita de normalização leitora.

Pressionado pela crescente movimentação editorial, Chrétien Guillaume de Malesherbes, homem esclarecido e acusado de tolerante à liberdade de imprensa, pois que nomeadamente protegeu a edição de *L'Encyclopédie* quando, no ano de 1750, foi Diretor-Geral da Biblioteca Real de Paris e Chefe da Censura Real, admitia que alguém que tivesse lido apenas os livros explicitamente aprovados pela Censura Real, estaria atrasado cerca de cem anos<sup>6</sup>.

Mas a censura da leitura que tinha sido parte estruturante da sociedade, da cultura e do homem moderno, prolongou-se pelas décadas seguintes e foi retomada em finais do século XIX, em Portugal como noutros países. Desde a Real Mesa Censória, instituída por Pombal em 1768, que o livro escolar jamais deixou de ser censurado. Na segunda metade do século XIX, o campo da cultura escrita evoluiu exponencialmente na circulação e apropriação do impresso. A expansão editorial ficou associada à emergência de novos leitores; à organização de coleções de temas e livros; à criação de bibliotecas públicas, populares, escolares. A leitura censurada continuou a revestir-se de duas modalidades básicas: o controlo sobre a constituição de bibliotecas, a leitura orientada.

O livro, particularmente o livro escolar, estruturou o pensamento pedagógico, a ação didática, o conceito de escola, o método (informação, epistemologia e pragmática) de transmissão e apropriação do conhecimento. O livro escolar continha regras e o método de leitura. A centralidade do livro escolar tornou sistemático e fez emergir um aparato censor e preventivo, que rapidamente assumiu a racionalidade e as proporções de uma pedagogia, instituída com base em princípios expressos, revistos e afinados em face das circunstâncias e da eficácia da ação. Da Real Mesa Censória ao Conselho Superior de(a) Instrução Pública e à Comissão de Administração do Livro Único, ocorreram variações de uma mesma política, de uma mesma razão dedutiva e descendente, de uma mesma relação instituinte entre escola e sociedade, através da leitura censurada e orientada.

O leitor iluminado estaria habilitado a aprender pelo livro, como ressalta, no plano substantivo e no método, do título do tratado *O Perfeito Pedagogo na Arte de Educar a Mocidade. Em que se dão as regras da Policia, e Urbanidade Christã, conforme os usos, e costumes de Portugal*, da autoria de João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos e

---

<sup>6</sup> Cf. SARRAZIN, 1996: 161.

publicado em 1816. Ciente de que o conhecimento eleva e autonomiza se adquirido, exercitado e aplicado com método, João Rosado de Villa-Lobos e Vasconcelos, ele que foi tradutor e introdutor, em Portugal, de obras fundamentais, nos planos cultural, ideológico, científico, cultivou neste tratado escolar um método que combinava intelecção, glosa e aplicação do conhecimento.

### **LIVRO ESCOLAR: INFORMAÇÃO, DISCIPLINA/ORDEM, RAZÃO, MEMÓRIA — ENCICLOPÉDIA E MÉTODO**

O racional, o conteúdo e o método escolares radicam no livro. O livro escolar, designação que prefiro a manual, pela complementaridade de forma, discurso e uso, ordenou o conhecimento e a ação pedagógico-didática, normalizando o ensino, modelando a aprendizagem. Produto intelectual, artefacto tipográfico e estético, meio cognoscente de informação e comunicação, o livro escolar dá curso ao complexo formado pelos binómios: leitura/leitor; regulação/mercado; pedagogia/ordem do conhecimento; produto editorial/meio didático; autoria/escrituração; memória/ideação. Na longa duração, pode admitir-se que os livros escolares foram súpula, adaptação, sistemática e enciclopédia, unificação curricular, disciplinação, remissão, hipertexto. Os manuais escolares plasmaram e revelam, de forma irreversível, as mudanças e as permanências. São fonte histórica que documenta e ilustra as transformações estruturais, compondo e dando sentido à cultura escolar.

O livro está na base da cultura escolar, constituindo uma razão da razão. Abordado como objeto da história cultural, o livro escolar abre para o campo científico; para a relação entre conhecimento e desenvolvimento social; para a constituição e o estatuto da cultura escolar; para o universo da escrita como representação e criação, e como produto estético. A historiografia do livro escolar permite reconstituir e aceder à decisão programática; à organização curricular; à realização didática — materialidade, representação, apropriação.

Na produção, na circulação e formas de acesso, na utilização e na apropriação, o livro escolar tem características que vão para além do livro em geral. Alguns dos aspetos específicos são a regulamentação da produção, o controlo da circulação, as formas de comprovação leitora. O livro escolar ordena o conhecimento e a ação pedagógico-didática, com reflexo no ensino e na aprendizagem. Está, no entanto, condicionado, a um lado, pela origem do conhecimento, modo de informação, regulamentação e, por outro, pela especificidade da função didática e capacidade do leitor. Como epistemologia e racionalidade autoral, o livro escolar contém e fomenta uma singularidade caracterizada pelo equilíbrio entre a formação científica, a sensibilidade e, frequentemente, também a experiência docente do autor. Reflete a primeira e repercute a segunda.

## LIVRO E LIVRO ESCOLAR — CÂNONE, RAZÃO PRÁTICA

A semântica da escola é a da forma. O conteúdo permaneceu radicado no livro. Como produto intelectual, artefacto, meio cognoscente, de informação e de comunicação, o livro escolar integra um complexo estrutural constituído pelos seguintes binómios: leitura/leitor; regulação/mercado; pedagogia/ordem do conhecimento; técnica editorial/meio didático; autoria/escrituração. Independentemente da especificidade didática, o livro escolar é também um livro de leitura. Forma e orienta, ainda que em conformidade com a capacidade leitora do sujeito a que está destinado. Às diferentes capacidades leitoras correspondem diferentes tipos de texto, quanto à forma, à substância, à gradação, à complexidade discursiva.

O manual informa sobre a adaptação dos conteúdos, teorias e conceitos de uma matriz científica pura para uma aplicação escolar. Tal adaptação é representação, método e (in)formação, muito particularmente pelo acesso às práticas de ler e dar a ler. Base de conhecimento e orientação cognoscente, o livro escolar pode ser utilizado fora e para além do contexto formal. Conciliando conteúdo e método, informa, disciplina o conhecimento, ordena o pensamento. É útil como ensino e como consulta. Nesse sentido, o manual escolar é antes de mais um livro e, como livro, é suporte do conhecimento e meio de cultura. Os critérios de ordem pedagógica acrescentam o valor educativo.

Em 1879, volvidos mais de setecentos anos sobre a publicação de *Didascalicon*, Jules Ferry, ministro francês da Instrução Pública, dirigindo-se à Comissão de Exame dos Livros Clássicos, proclamava que o mestre do livro detém a educação. Dez anos mais tarde, o manual escolar foi tornado obrigatório, nas escolas de instrução primária de França.

Para final do século XIX, o manual escolar apresentava-se desdobrado em conformidade com os distintos domínios curriculares e articulado com as diferentes fases e tarefas da aprendizagem. O institucional escolar incluía memorandos e situações-problema, orientando para a ação, pelo que as noções de norma, percurso e remissão se haviam acentuado, na configuração e nos modos de utilização do manual escolar. Por meados do século XX, a afirmação das pedagogias construtivistas associadas ao universalismo escolar trouxe uma nova geração de livros escolares, orientados para a descoberta, a construção do conhecimento em sede escolar, a projeção nos planos social e humano. Nas últimas décadas, o livro e o racional escolar têm conciliado as perspetivas sistémica e fatorial, com recurso ao hipertexto.

O livro foi a razão escolar, mas nele residiu também, em boa parte, a razão da razão pedagógica. O livro escolar foi memorização, informação, interação, modelação.

## BASES DE DADOS DO LIVRO ESCOLAR

A história do livro escolar é um domínio de conhecimento e investigação que tem desafiado uma epistemologia com aspetos específicos e transversalidade entre os sistemas educativos nacionais. Esta epistemologia inclui, entre outros passos metódicos, a criação de inventários e catálogos, a formalização de redes de investigadores, a exploração de séries temáticas e de séries organizadas por disciplinas. Para corresponder a esta combinatoria a que acresce a vastidão de exemplares editados e preservados, a historiografia tem criado Bases de Dados.

Nas últimas décadas do século XX, foram criados Centros do Livro Escolar que articulam arquivo histórico e biblioteca/regulamentação do livro escolar. Assim, em 1975 surgiu na Alemanha (Brunsvique) o Georg-Eckert-Institut für Internationale Schulbuchforschung – Georg-Eckert Institute for International Textbook Research, centro internacional do livro escolar. Posteriormente foi criada, em Augsburg, a International Society for Historical and Systematic Research on Schoolbooks.

A rede de investigação e base de dados EMMANUELLE foi criada por Alain Choppin, em 1980, no quadro do Service d'Histoire de l'Éducation, de INRP, em Paris. Esta base foi amplamente utilizada no estudo do manual escolar em francês. Choppin distinguiu duas grandes categorias de livros: os especificamente destinados ao uso escolar; os que adquirem essa função em resultado do uso que a escola faz deles<sup>7</sup>. Entre os primeiros incluiu os manuais; as edições de clássicos (leituras escolhidas); as obras de referência; as obras paraescolares. Alain Choppin tomou o livro escolar como livro adaptado com intencionalidade pedagógica e perspectiva prática, enquanto meio didático. Combinando a finalidade, a organização e a adequação, estabeleceu um *continuum* criterial de aproximação à efetiva utilização em sala de aula. Em 2012, a Base EMMANUELLE incluía 27 000 títulos de livros escolares; 70 000 edições.

Para Espanha e para os manuais em língua espanhola foi criada a Base de Dados MANES, que inclui também parte significativa dos manuais portugueses. Permitindo a adaptação aos diferentes países, os princípios da Base MANES são mais abertos, consignando que

*la denominación manuales escolares abarcaría, en principio, aquellas obras concebidas con la intención expresa de ser usadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje, indicada por su título, por su signatura, nivel o modalidad, por su estructura didáctica interna, y por su contenido, que contemplará la exposición sistemática y secuencial de una disciplina*<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> CHOPPIN, 1992.

<sup>8</sup> OSSENBACH SAUTER, SOMOZA RODRÍGUEZ, eds., 2001: 19.

Em 1993 foi criado no Quebeque, Canadá, o centro de estudo e base de dados Les Manuels Québécoises. Em 2000, foi criado em Espanha o Proyecto MANES (Manuales Escolares) que criou a Base MANES. Em Itália, surgiu, entretanto, a Rede/Base EDISCO que congregou investigadores de 6 universidades e contém cerca de 20 000 títulos. Na Universidade de S. Paulo foi criada a Base LIVRES-USP, banco de dados de livros escolares brasileiros, com cerca de 10 000 títulos. Esta base de dados apresenta uma estrutura análoga à Base EMMANUELLE. Na Argentina surgiu HISTELEA – Historia Social do Ensino de Leitura na Argentina que lançou uma base de dados. Em 2006, foi fundado o CEINCE – Centro Internacional de la Cultura Escolar, Berlanga do Douro, Soria, Espanha. Na Noruega foi fundada a Internacional Association for Research on Textbooks and Educational Media – IARTEM.

O Proyecto MANES deu sequência à Base MANES e posteriormente à Base PATRE-MANES (Patrimonio Escolar), criada no Centro de Investigación MANES, com sede na UNED, Universidade Nacional de Educación a Distancia. A Rede PATRE-MANES foi ampliada, passando a incluir 7800 manuais portugueses, 3800 manuais belgas, 2300 sul-americanos. O total de manuais espanhóis é superior a 17 000 manuais. A Base Mansol, da Universidade do Laval, contém 26 000 referências de edições do Quebeque e 20 000 títulos da Base Diaspora des Manuels Scolaires.

As Bases de Dados dos Manuais contém transversalidades inerentes às características internas do livro escolar e à comunalidade pedagógica e de conteúdos. No entanto, diferem na estrutura e são incompatíveis no plano informático, inviabilizando estudos comparativos e de conjunto. Recentemente, foi lançado, pelo Georg-Eckert Institute for International Textbook Research, um Projeto de compatibilização e uniformização daquelas Bases de Dados EMMANUELLE, EDISCO, MANES com o banco de livros alemão — BASES simultâneas.

## HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO LIVRO ESCOLAR

A história da leitura está intrinsecamente associada à história do livro e, como comprovam os estudos de Jean Yves-Mollier<sup>9</sup>, a edição do manual escolar cresceu exponencialmente, na fase final do século XIX, constituindo núcleo e fomento de uma cultura de massas. Num mundo dominado pela cultura escrita, as regras da leitura haviam-se tornado regras de vida, na inteligência da realidade, na busca da informação, no discernimento crítico, na construção de pensamento próprio, na capacidade de argumentação. E, nesta matriz de cognição e busca de sabedoria, a cultura escolar foi iluminação, disciplina, representação, estando o livro, particularmente o livro escolar, na base da cultura e do institucional escolar. O livro escolar constitui, por consequência, a razão da razão.

---

<sup>9</sup> MOLLIER, 2001.

A quantidade, densidade e abrangência de livros/manuais escolares têm sido objeto de inventários, bases de dados, abordagens seriais, índices. Abrangente e transversal, o livro escolar serviu diversos fins, mas pelo modo de ser produzido, legitimado, utilizado contém e preserva uma especificidade na configuração, na regulamentação, na utilização mediada ou autónoma. Constituir um arquivo histórico do manual escolar força à combinação entre critérios de representatividade e de significação.

A especificidade do livro escolar fica assinalada pelo campo da manualística, que vem desafiando à constituição de uma epistemologia que engloba a organização de inventários e catálogos; a formalização de redes de investigadores; a exploração metódica de séries temáticas, disciplinares, instrumentais; o estabelecimento de *corpora* específicos; o desenvolvimento de estudos sectoriais. Esta complementaridade (de estudos e abordagens) ganha substância e sentido quando se atribui ao manual escolar o estatuto de representação escrita do educacional escolar. A aproximação ao manual escolar também comporta a noção de fonte da textualidade escolar, explorada como conhecimento, ideologia, orientação da prática.

A centralidade do livro escolar como meio de sociabilidade da cultura escrita advém da sobreposição entre objeto cultural e meio pedagógico-didático (informação, disciplina, verdade). A diversidade/complementaridade de manuais escolares no plano simbólico e didático tem sido obtida através de distintas configurações das matérias, e de modalidades de discurso e marcas textuais de transformação dos conteúdos, resultantes da (re)produção e da adequação à finalidade didática e ao tipo de leitor.

Há assim uma sequência de livros desde a consulta/referência ao livro/caderno, que informa e exercita; como há variações da noção de compêndio (ensaístico, narrativo, catequístico). Aos inquéritos de natureza substantiva plasmada nas modalidades de livro, associam-se também os inquéritos na busca de sentido e de significado — inquéritos à produção, legitimação, edição, circulação e mais recentemente também inquéritos à utilização e à apropriação, congregando os contributos da pedagogia, das didáticas, da sociologia, da antropologia, da historicidade. Emerge deste modo o campo epistémico do educacional escolar — campo por excelência dos estudos sobre livros e manuais escolares. Na historiografia do livro escolar, heurística e hermenêutica surgem intrinsecamente associadas. Em *O Mural do Tempo*<sup>10</sup> procurei apresentar uma história integrada do livro escolar.

Um dos aspetos mais fecundos é o estudo do livro escolar como fonte histórica, levando em atenção a combinatória entre dimensão de arquivo/memória e a dimensão prospetiva e de horizonte desejado. Através de um estudo sistemático dos programas, dos manuais e das representações escolares, na transição da Escola Básica para a

---

<sup>10</sup> MAGALHÃES, 2011b.

Democracia em Portugal, foi possível inferir que a Revolução Pedagógica preparou e antecedeu a Revolução Política, na transição democrática em Portugal.

De modo necessariamente sumário, podem referir-se, como balanço da história e da historiografia do livro escolar, estudos que associam livro e biblioteca — biblioteca escolar; estudos que associam a história do livro e a história do livro escolar; estudos que associam a história do livro escolar e a história da leitura; estudos que tomam o livro escolar como fonte e razão escolar — *episteme*; estudos que incidem sobre o livro escolar como representação do institucional escolar — pedagogia, disciplinas escolares, método, memória; estudos sobre o livro escolar e as revoluções pedagógicas, políticas; estudos sobre o livro escolar e a constituição do cânon e da cultura escolar; estudos que recaem em autoria, edição, tradução do livro escolar<sup>11</sup>.

## OS MANUAIS ESCOLARES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Em final do Antigo Regime, sob o primado das Luzes, mestre, escola e manual escolar sobrepunham-se. No decurso do século XIX, a estrutura do sistema escolar (desdobrando-se em graus e em distintos domínios do conhecimento), a autonomização do processo de leitura, a inclusão da ilustração fizeram da edição escolar uma das áreas mais expansivas, criativas e competitivas no mundo do livro. Referindo-se a França, Jean-Yves Mollier<sup>12</sup> situa o livro escolar como objeto de importantes transformações editoriais, podendo falar-se de uma indústria.

A Escola Elementar de alfabetização, formação moral e cívica, instrução básica, foi instituída ao longo do século XIX. Entre os principais elementos que a constituíram (designadamente, mestre, método, ofício de aluno, edifício, livro escolar), a função estruturante coube ao binómio «mestre-livro». O magistrocentrismo cedeu perante a centralidade do compêndio. O livro disciplinou o pensamento pedagógico e formalizou a ação didática. O conceito de escola, particularmente enquanto método (informação, epistemologia e pragmática), transmissão e apropriação do conhecimento, reflete a centralidade do livro. Tomando como referência básica a instrução elementar, verifica-se que à alfabetização escolar correspondeu a cartilha maternal; à instrução primária o compêndio enciclopédico; à escola primária a combinação de manuais. De magistral, o manual de primeiras letras tornou-se um instrumento de trabalho em mão do aluno.

Em Portugal, em traços gerais, a evolução do manual escolar refletiu o processo de escolarização da sociedade, nos planos didático e sociológico. A Instrução Primária abrangia o percurso desde a Alfabetização ao Ensino Primário Complementar, tendo sido instituída por fim uma Escola Elementar Graduada, a que veio a corresponder a Educação Primária/Fundamental e, posteriormente, o Primeiro Ciclo da Escola Básica.

<sup>11</sup> MAGALHÃES, 1999, 2006, 2007, 2011a, 2011b, 2013, 2018; MAGALHÃES, AFONSO, 2000; MAGALHÃES, CASTRO, 2005.

<sup>12</sup> MOLLIER, 2001.

Na base das nacionalidades liberais, estiveram a (re)invenção da tradição histórico-filológica e a estrutura das normas linguísticas — dicionários, gramáticas, textos de matriz literária. Reificando a simbologia romântica da «criança pai do adulto», emergiram, por meados do século XIX, as primeiras Cartilhas Maternais, destinadas a uma alfabetização normalizada. Conciliando as mutações sociogenéticas com a normalização linguística, beneficiando dos avanços da tecnologia gráfico-editorial, refletindo a evolução pedagógico-didática, as Cartilhas Maternais, mais que espelhar a infância, construíram-na na fruição e comunalidade de uma matriz lexical, na gradação aprendente, na participação sociocomunitária.

O institucional escolar, como conteúdo e norma, fortaleceu-se com o binómio livro-professor, pelo que uma das áreas mais dinâmicas na edição escolar foi, desde meados do século XIX, a dos livros destinados à formação de docentes e ao ensino normalista. Na transição do século XIX, correlativamente ao desenvolvimento da Escola Nova — que contém uma ampliação, uma diversificação e uma complexificação da pedagogia escolar (reforçando uma pedagogia ativa, com base no dizer e no fazer) —, o manual escolar de leitura, como também os manuais específicos, constituem a iniciação, a abertura de caminhos, a estrutura básica do raciocínio, com vista ao alargamento e ao aprofundamento da informação. O livro escolar remetia para outras leituras e para outras fontes do conhecimento.

Por um tempo, o estatuto e a função do manual escolar surgem assumidamente relativizados e circunscritos, quer no âmbito de um processo progressivo do conhecimento e da formação quer enquanto representação e estruturação da cultura e da pedagogia escolares. Neste último aspeto, há uma cultura escolar, de ritualização, gestualidade, socialização, formação, que não é vertida para o manual, mas que tende a ser, direta ou indiretamente, homologada, contextualizada, metaprojetada por ele. O manual escolar era uma das entradas na vida e na cultura. A regimentação da escola, por parte dos regimes republicanos, teve repercussão na edição e seleção dos livros escolares. Com a implantação dos regimes totalitários, o livro e as bibliotecas escolares foram submetidos a rigoroso controlo.

Nas últimas décadas do século XX, mais especificamente a partir da década de 60, os manuais escolares começaram a refletir um paradigma sistémico, que se prolongou pelo hipertexto e convergiu para as primeiras aplicações das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. No caso português, tais mutações foram, numa primeira fase, coincidentes com a unificação da escolarização básica e com as transformações revolucionárias. Os livros evoluíram, combinando as diferentes perspetivas disciplinares e convertendo-as em passos de uma mesma aprendizagem — uma aprendizagem ativa, exercitada através de modalidades próprias. Articulação e gradação eram combinações que proporcionavam a visão integrada e sistémica. A integração de conteúdos,

respeitando as modalidades discursivas e as lógicas disciplinares, revelou-se a mais adequada à transdisciplinaridade da instrução básica.

No que reporta aos conteúdos, não obstante a secundarização a que foram votados por alguns programas, os manuais têm continuado organizados com base numa progressão e numa visão enciclopédica. Os conteúdos têm permanecido como matéria cognoscente, em função da qual se organizam os textos e as sequências de ensino-aprendizagem. O manual escolar era o centro do portfólio de aluno. A memória escolar sobrepunha-se com a memória pessoal. Para final de Novecentos, um dos aspetos mais inovadores foi a substituição de secções pela integração, através do hipertexto. Essa melhoria trouxe uma perspetiva cénica que enriquecia a dinâmica intelectual e atualizava a noção de lição. Enfim, o manual permaneceu como conteúdo, razão e método. Cabe à história da educação saber narrar esta complexidade e dar a conhecer esta representação do institucional escolar, fonte de conhecimento, sociedade, humanidade.

## BIBLIOGRAFIA

- BETHENCOURT, Francisco (1994). *História das Inquirições. Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CERVANTES, Miguel de (2000). *D. Quixote de La Mancha*. Versão de Aquilino Ribeiro. Lisboa: Bertrand Editora.
- CHOPPIN, Alain (1992). *Les Manuels Scolaires: Histoire et Actualité*. Paris: Hachette.
- ESTUDANTE, Anabela Brás de Oliveira (2013). *Biblioteca do Liceu de Faro (1836-1948): entre a história do liceu e os manuais escolares de ciências do seu fundo documental*. Faro: Universidade do Algarve. Dissertação de mestrado. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10400.1/5612>>.
- MAGALHÃES, Justino (1999). *Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação*. In CASTRO, Rui Vieira et al., org. *Manuais escolares: estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho, pp. 279-285.
- MAGALHÃES, Justino (2006). *The School Manual Within the Framework of Cultural History. Towards a historiography of the school manual in Portugal*. «Sísifo. Educational Sciences Journal». 1, 7-16.
- MAGALHÃES, Justino (2007). *A História da Educação em Portugal: Temas, Discursos, Paradigmas*. In PINTASSILGO, Joaquim et al., org. *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas*. Porto: Edições Asa, pp. 13-34.
- MAGALHÃES, Justino (2008). *O Manual Escolar como Fonte Historiográfica*. In COSTA, Jorge Vale; FELGUEIRAS, Margarida Louro; CORREIA, Luís Grosso, coord. *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pp. 11-15.
- MAGALHÃES, Justino (2011a). *A República e o Livro Escolar*. In PROENÇA, Maria Cândida, coord. *Educar. Educação para Todos. Ensino na I República*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 98-111.
- MAGALHÃES, Justino (2011b). *O mural do tempo: manuais escolares em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri; Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- MAGALHÃES, Justino (2013). *La Méthode Maternelle ou Art de lire de João de Deus (1876): inventions typographiques et alphabétisation populaire au Portugal*. «Histoire de l'Éducation». 138, 115-130.
- MAGALHÃES, Justino (2018). *O livro e a cultura escolar, mediação entre currículo e docência*. In CASTRO, César Augusto; VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luís, org. *História da Escola. Métodos, Disciplinas, Currículos e Espaços de Leitura*. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, pp. 301-322.

- MAGALHÃES, Justino; AFONSO, José António (2000). *Manuais de leitura, história e geografia, e a ideia de Europa (1930-1945): do mundo português à Europa física e administrativa das nações*. In GENOVESI, Giovanni. *L'immagine e l'idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945)*. Milão: Franco Angeli, pp. 191-204.
- MAGALHÃES, Justino; CASTRO, Rui Vieira (2005). *Entre a lei e o mercado: aspectos da existência do manual escolar em Portugal, no século XX*. In GUEREÑA, Jean-Louis; OSSENBACH SAUTER, Gabriela; POZO ANDRÉS, María del Mar del, dir. *Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)*. Madrid: UNED Ediciones, pp. 135-176.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001). *La lecture et ses publics à l'époque contemporaine. Essais d'histoire culturelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- OSSENBACH SAUTER, Gabriela; SOMOZA RODRÍGUEZ, Miguel, eds. (2001). *Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED Ediciones.
- SÃO VÍTOR, Hugo de (2001). *Didascálicon. Da Arte de Ler*. Petrópolis: Editora Vozes.
- SARRAZIN, Véronique (1996). *Du Bon Usage de la Censure au XVIIIe Siècle*. BLOCH, Olivier; MCKENNA, Antony, dir. «La Lettre Clandestine». 5, 161-191.